

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.115, DE 2012**

Altera a Lei 11.445/07 e a Lei 11.947/09 para vedar a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução de atividades de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e preparo e fornecimento da alimentação escolar.

**Autor:** Deputado TONINHO PINHEIRO

**Relator:** Deputado TONINHO WANDSCHEER

## **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 4.115, de 2012, de autoria do Deputado Toninho Pinheiro, acrescenta parágrafo único ao art. 8º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para vedar a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

A proposta acrescenta também mais um parágrafo ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para vedar a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução dos serviços públicos de preparo e fornecimento da alimentação escolar.”

Após a análise desta Comissão, o projeto deverá ser apreciado pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.115, de 2012, pretende – por meio de alterações na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei de Saneamento Básico, e na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Lei da Alimentação Escolar - vedar a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução de atividades de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e preparo e fornecimento da alimentação escolar.

Segundo seu autor, Deputado Toninho Pinheiro, “*o superfaturamento dos serviços prestados e o pagamento de propinas para vencer os processos licitatórios de concessão dos referidos serviços oneram os preços e levam a Administração Pública e, conseqüentemente, a sociedade, a pagar um valor absurdo por serviços que poderiam custar a metade, ou às vezes menos, se executados diretamente pelo Poder Público.*”

É justa a preocupação do nobre Autor. De fato, a divulgação de inúmeros casos de contratos licitatórios fraudulentos e superfaturados, leva-nos a crer que a utilização da terceirização dos serviços pela Administração Pública propiciaria o desvio de dinheiro público. No entanto, apesar dos riscos de desvirtuação, não se pode inferir que seja o instrumento da terceirização a causa da corrupção e malversação do dinheiro público.

A possibilidade de contratar terceiros para a realização de determinadas tarefas - como serviços de conservação, limpeza, segurança, vigilância, coperagem, entre outros – se constitui em um meio de economizar recursos financeiros escassos. A terceirização desses setores, ao reduzir o tamanho da folha de pagamento, contribui para as finanças municipais e diminui entraves ao andamento desses serviços, permitindo ao gestor público concentrar-se em outras tarefas da administração pública.

Porém, mais importante que a discussão sobre os benefícios ou danos da terceirização, são as limitações constitucionais do projeto, uma vez que há clara invasão das competências legislativas do município. De acordo com o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou mediante concessão ou

permissão, os serviços públicos de interesse local, onde, claramente, se incluem os serviços de limpeza urbana e de preparo e fornecimento da alimentação escolar. Entre as competências municipais, está o estabelecimento - em legislações próprias ou em cláusulas contratuais - das condições de prestação desses serviços, observando as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que *dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

À União, segundo o inciso XX do art. 21 da Constituição, cabe apenas *instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos*. Nesse sentido, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, entre outras providências, regulamentando, no limite das competências legislativas da União, o setor de saneamento básico, inclusive no que se refere às concessões.

Da mesma forma, à União cabe – dessa vez dividindo sua competência com os Estados e municípios (CF, art. 23, inciso V) - proporcionar os meios para o acesso à educação. A Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, entre outros, estabelece diretrizes gerais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, permitindo o repasse de recursos para que Estados e municípios possam executá-lo. O preparo e o fornecimento da alimentação escolar inserem-se no âmbito da competência legislativa municipal, cabendo aos municípios organizar e prestar esses serviços.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.115, de 2012, quanto ao mérito desta Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado TONINHO WANDSCHEER  
Relator